



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS
GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO LATO SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO
ENSINO E DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
ESPORTE E LAZER**

Ruy José Braga Duarte

***ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO CONTEÚDO
ESPORTE E A ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL NEWTON
SUCUPIRA***

Salvador –Ba.

Abril de 2008

Ruy José Braga Duarte

***ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO CONTEÚDO
ESPORTE E A ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL NEWTON
SUCUPIRA***

Monografia apresentada à **Universidade Federal da Bahia – Lepel** como Requisito à obtenção de título a **Especialista em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer.**

Orientador:

Professor Mestre Welington Araújo Silva

Salvador – Ba

Abril / 2008

TERMO DE APROVAÇÃO

RUY JOSÉ BRAGA DUARTE

***ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO CONTEÚDO
ESPORTE E A ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL NEWTON
SUCUPIRA***

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Metodologia do Ensino e da Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Profº. Ms. *Welington Araújo Silva*
(Orientador)

Profº. Ms. Alcir Horácio da silva
(Convidado)

Salvador, 08 de Abril de 2008

Agradecimentos

Ao Grupo LEPEL que através deste curso de especialização gratuito proporciona aos trabalhadores em educação a possibilidade de continuar seus estudos com qualidade e compromisso com a educação pública.

Ao meu orientador Welington por ter acreditado e confiado na expressão de um trabalhador com vontade e força para se aperfeiçoar através dos estudos.

Aos meus alunos e colegas e em especial à minha família.

A organização de qualquer sociedade é determinada pelo estado de suas forças produtivas. Quando muda esse estado, mudará infalivelmente, mais cedo ou mais tarde, a organização social.

(Plekhanov)

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o ensino do esporte. Especificamente, buscamos refletir sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas alternativas às metodologias tradicionais deste ensino. No intuito de fortalecer o movimento de renovação do ensino do esporte, o presente trabalho se coloca como um possível componente de reflexão para a construção de um edifício teórico que possibilite o fortalecimento de práticas pedagógicas alternativas às outras práticas que reproduzem o modo de produção capitalista. Considerando o pressuposto observado a partir do que já está produzido na área, de que a reflexão crítica sobre o ensino do esporte não vem deixando clara a sua dimensão teleológica, buscamos responder a seguinte questão: qual a possibilidade de ensino do esporte em uma perspectiva crítico-superadora, que visa a construção de uma sociedade socialista, no interior da escola capitalista? O ato pedagógico não é neutro, por isso devemos ter muita clareza do que e como ensinar, qual teoria pedagógica acessar e desenvolver para formularmos nossas estratégias de intervenção na realidade escolar, em uma perspectiva crítico-superadora. Para proceder com coerência e firmeza de propósito, temos que afirmar aqui, para que não incorramos nos equívocos presentes nas obras que tratam da organização pedagógica na educação física, a dialética como o princípio organizador do pensamento e do conhecimento. Somente ela pode dar conta de estabelecer os nexos, as relações e as contradições que movem os fenômenos na realidade. Para tanto, nos valemos de um procedimento metodológico em forma de uma pesquisa bibliográfica. Em linhas gerais, temos como objetivo principal do trabalho, sistematizar uma proposta de ensino do esporte em uma perspectiva crítico-superadora, já que para nós é de fundamental importância a explicitação do projeto histórico que perseguimos no ato pedagógico, projeto esse, ausente na maioria das obras analisadas. Negligenciar a valorização do senso crítico, das ações lúdicas, do tempo de aprendizado de cada estudante sendo considerando apenas os argumentos motores afirmando que os outros são aqueles que ainda não desenvolveram habilidades satisfatórias para a prática de determinado esporte. É a nosso entender um equívoco de proporções incalculáveis para a formação do ser social.

Palavras-chave: Esporte, Escola e Emancipação humana.

SUMÁRIO

Introdução	8
1 - Um rápido histórico educacional, o Esporte e a Educação Física	13
1.1 - O esporte moderno	17
1.2 - As dimensões do esporte e seu uso na escola	20
1.3 - Esporte, cidadania e emancipação humana	22
2. O trabalho pedagógico e o conteúdo esporte: perspectiva emancipatória	27
2.1. A Escola Técnica Estadual Newton Sucupira	30
2.2 - A Educação Física na ETENS	34
3 - O ensino do esporte em uma perspectiva emancipatória	36
3.1 - Um pouco sobre o filme e pressupostos pedagógicos de uso do mesmo.	43
4 - Considerações finais	46
5 – Referências	48

Introdução

O presente trabalho versa sobre o ensino do esporte que é o requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer, promovido pelo Grupo LEPEL, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Especificamente, buscamos refletir sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas alternativas às metodologias tradicionais de ensino do esporte. Dado a proliferação de estudos que têm como objeto o ensino do esporte nas escolas, a presença da pedagogia tradicional é hegemônica, embora saibamos de práticas pedagógicas alternativas a esse movimento.

No intuito de fortalecer esse movimento de renovação do ensino do esporte, o presente trabalho se coloca como um possível componente de reflexão para a construção de um edifício teórico que possibilite o fortalecimento de práticas pedagógicas alternativas às outras práticas que reproduzem o modo de produção capitalista. Aqui reside um ponto importante que deve ser precisado, pois diz respeito à opção teórico-metodológica do trabalho.

Nos escritos críticos que versam sobre a prática do esporte nas escolas, fala-se muito sobre transformação social, transformação de realidade. Esse tom crítico vem se materializando desde a década de 80, fruto da tão propalada “crise da educação física”. Nessa época, por conta do momento histórico que vivíamos, o sistema capitalista era colocado como principal vilão do desenvolvimento da sociedade. As críticas às ações sociais – e dentre estas à prática pedagógica – tinham esse ponto como elemento central. No entanto, atualmente, embora ainda estejamos vivendo sobre o mesmo modo de produção da existência, às críticas voltam-se somente para o específico, para o imediato, desconsiderando questões de mediações fundamentais para a compreensão do movimento do real. O tom crítico parece guardar nas suas entrelinhas, o consentimento pelo fim da história, propõe uma mudança do ensino para uma perspectiva crítica sem, no entanto, explicitar o projeto de sociedade, propício para a materialização do mesmo.

Transformar a realidade dá um tom de humanização do capital. Devemos, portanto, não acabar com as desigualdades, mas diminuí-las. Não acabar com o modo privado de produzir a vida, mas engendrar processos tecnológicos para que cada vez mais um número maior de pessoas tenha condições de usufruir o mesmo de forma

crítica e com a competência de aprender a aprender. Não mudar a realidade, mas a consciência que, de ingênua, passará a ser crítica. A realidade por ser dinâmica, opera transformações por si. É necessário deixar que a história, que já findou, paradoxalmente, siga o seu curso inevitável de humanização.

Nesse sentido, as pedagogias críticas reivindicam um ensino que transforme a sociedade, mas não põe a questão venal: transformar para onde? Para quê? Reivindicam uma re-significação do esporte, mas não diz claramente a sua finalidade. Aliás, re-significar, diz respeito a significar de novo e, portanto, ou dizemos sobre que bases devem significar mais uma vez um mesmo objeto (no caso o esporte), ou ficaremos reclamando criticidade na forma de enxergar o desenvolvimento do fenômeno, sustentando, sem o fazê-lo, que basta o desenvolvimento de um olhar crítico sobre os fenômenos da realidade, para que esta mesma se transforme. Qualquer semelhança com uma perspectiva idealista de pensar a realidade, não será mera coincidência.

Diante disso e considerando o pressuposto observado a partir do que já está produzido na área, de que a reflexão crítica sobre o ensino do esporte não vem deixando clara a sua dimensão teleológica, buscamos responder a seguinte questão: qual a possibilidade de ensino do esporte em uma perspectiva crítico-superadora, que visa a construção de uma sociedade socialista, no interior da escola capitalista?

Perquiri esta questão é fundamental para o avanço da organização do trabalho pedagógico no interior da educação física, principalmente em um momento em que percebemos a destruição das forças produtivas pelo capital. Temos clareza de que a materialização do projeto socialista só será vitoriosa se for construída de forma coletiva, com a participação das amplas massas situadas nos diferentes espaços da sociabilidade na cidade e no campo.

Também não temos nenhuma dúvida sobre o papel da escola, do professor e do conhecimento no desenvolvimento do projeto histórico socialista. Não nos associamos ao otimismo pedagógico ingênuo, mas também não nos filiamos ao pessimismo crítico e também não somos daqueles que nutrem o otimismo pela via da desinformação.

Apostamos na escola, no professor e no conhecimento por acreditar que a razão liberta o ser humano do jugo opressor da alienação e da fetichização das relações sociais. E temos clareza de que, para tanto, um outro elemento deve ser incorporado à tríade acima: o sujeito aluno, que tendo clareza dos nexos e determinações da realidade, envidará esforços para a tão desejada transformação. O conhecimento só tem força revolucionária quando o mesmo penetra nas massas, e a escola é um espaço privilegiado

de socialização do conhecimento que liberta, principalmente, mas não só a escola pública onde estudam, em sua grande maioria, os filhos da classe trabalhadora.

O ato pedagógico não é neutro, por isso devemos ter muita clareza do que e como ensinar, qual teoria pedagógica acessar e desenvolver para formularmos nossas estratégias de intervenção na realidade escolar, em uma perspectiva crítico-superadora.

Para proceder com coerência e firmeza de propósito, temos que afirmar aqui, para que não incorramos nos equívocos presentes nas obras que tratam da organização pedagógica na educação física, a dialética como o princípio organizador do pensamento e do conhecimento. Somente ela pode dar conta de estabelecer os nexos, as relações e as contradições que movem os fenômenos na realidade.

Para tanto, nos valemos de um procedimento metodológico em forma de uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1996, p. 48), “(...) é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, tendo como característica principal, a “(...) identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Sua finalidade é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa” (GONSALVES, 2001, p. 34).

Para identificar e analisar os dados dos materiais consultados, basicamente artigos e livros publicados sobre a temática da prática pedagógica que tinha o esporte como foco central, procedemos da seguinte maneira: a) identificamos a fonte; b) fizemos uma primeira leitura que chamamos de exploratória; c) selecionamos o material que consideramos mais adequado para o trabalho; d) realizamos uma leitura analítica utilizando fichamentos, resenhas e resumos; e) por último fizemos a interpretação que se materializou no presente trabalho.

Em todo o processo buscamos nos apoiar no materialismo histórico dialético ou, como dizem alguns, no marxismo, sendo essa a nossa opção teórico-metodológica por entendermos que apenas ela nos possibilita reconhecer as determinações postas nas relações sociais de produção da vida, onde se relacionam diferentes fenômenos: sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros, como por exemplo, a discussão sobre a cidadania que nós iremos contrapor com a questão da emancipação humana, por entendermos, ser este conceito o que mais se aproxima da abordagem pedagógica crítico-superadora.

Em linhas gerais, temos como objetivo principal do trabalho, sistematizar uma proposta de ensino do esporte em uma perspectiva crítico-superadora, já que para nós é

de fundamental importância a explicitação do projeto histórico que perseguimos no ato pedagógico, projeto esse, ausente na maioria das obras analisadas. Nesse sentido, organizamos o nosso trabalho da seguinte forma.

No primeiro capítulo destacaremos de forma sucinta a história da educação, o esporte e a Educação Física salientando o que afirmam alguns autores e colocando o nosso ponto de vista concordando ou não quando necessário.

Debruçando sobre o esporte, evidenciaremos o esporte moderno com suas características peculiares de espetacularização e performance dentro e fora da escola, e suas dimensões sociais pois, entendemos que evidenciar alguns pontos relevantes da evolução esportiva dentro da Educação Física a respeito do que dizem os Parâmetros Curriculares, favorecerá melhor o entendimento das nossas proposições pedagógicas e políticas em relação a este conteúdo da cultura corporal que remete o povo do mundo inteiro a sensacionais manifestações de amor e apreço ao esporte. Buscamos também fazer a relação entre esporte, cidadania e emancipação humana por entendermos que, para a superação do modo de produção capitalista no esporte, se faz necessário percorrer uma trajetória emancipatória e de reinvenção do mesmo.

Já no segundo capítulo procuraremos abordar o trabalho pedagógico do esporte numa perspectiva emancipatória mostrando que há possibilidades de uma outra forma do trato com o conhecimento deste conteúdo, que é um dos mais importantes da Educação Física escolar considerando o alto grau de envolvimento entre os indivíduos das várias vertentes sociais e culturais.

Faremos um breve histórico da Escola Técnica Estadual Newton Sucupira e um pouco da criação do curso profissionalizante no ensino de 2º grau no Brasil no sentido de entendermos como nasceu a ETENS, num bairro da periferia de Salvador. Observamos também o percurso da disciplina Educação Física dentro da escola e como cumprimos nossa função em uma escola capitalista e como deveria estar cumprindo em busca da superação do modelo atual.

No capítulo terceiro abordaremos o ensino do esporte numa perspectiva emancipatória visto que, o esporte ao longo dos anos foi sofrendo mudanças que até chegar a forma que conhecemos como esporte, baseado em argumentos do Coletivo de Autores (1992), Bracht (2005) e Tonet (2005) fincamos a nossa postura com relação à cultura corporal e a emancipação humana.

Por fim, deixaremos nossos pontos de vista sobre o papel da Educação Física como um dos condutores escolares para a elevação do nível de conhecimento da

comunidade estudantil, não somente no que diz respeito às práticas esportivas, mas também a todo um processo de entendimento de formação do homem com a natureza, considerando nexos e relações, tendo como ponto de partida a ludicidade, as manifestações culturais regionais, a cultura corporal, o esporte, sem desconsiderar a importância de outros argumentos teóricos metodológicos que a educação evidencia dentro da escola atual. E que fazer parte da sociedade de maneira atuante e crítica é um dos pontos relevantes para a emancipação humana. Sabemos que para concretizá-la nos moldes definidos por Marx, e nós acreditamos que seja viável, será necessária uma intervenção no sentido de que haja mudança das classes e no Estado, para que possamos extinguir o Estado burocrático.

1. Um rápido histórico educacional, o esporte e a educação física

Desde o início, a carência imprescindível de se educar o homem foi adquirindo hábitos e assumindo posturas de acordo com as exigências do seu tempo, período e, principalmente, a necessidade para a sobrevivência. No período Feudal, por exemplo, o ato de educar foi, predominantemente, uma relação que envolvia o educador de um lado e o educando, de outro. Enquanto se realizava a educação intelectual de um jovem, a relação que se estabelecia entre ele e seu preceptor, tanto na sociedade escravista quanto na sociedade feudal, era, sobretudo, de natureza individual. (ALVES, 2002, p.02).

Durante esse período a quantidade de preceptor equivalia-se à quantidade de jovens, a educação transcorria de maneira linear.

O crescimento do número de jovens a serem instruídos gerava uma crise na sociedade feudal. A necessidade em proporcionar ensinamentos aos filhos da nobreza que se realizava dentro dos mosteiros se evidenciava. A crise se agravava e com isso, se processava uma mudança na forma de ensinar, criando assim grupos em espaços específicos, para efetivar o ato educativo. O mosteiro abriu-se para ministrar lições referentes às artes liberais aos filhos da nobreza, o que gerou a necessidade de ser criado, dentro dessa instituição, um espaço físico específico onde fossem ministradas as lições (ALVES, 2002, p.05).

Dá-se início ao movimento de fracionamento do ensino para que o preceptor pudesse passar seus conhecimentos. A educação era tratada sistematicamente, sendo já contestada. Santo Agostinho, em diálogo com seu filho Adeodato, no final do século IV, dizia que o ensino medieval era dogmático, centrado em uma autoridade se configurava como falso. (ALVES, 2002).

O processo de ampliação dos ensinamentos monásticos¹, catedráticos e escolares foram se desenvolvendo juntamente com a burguesia que ficava cada vez mais rica. Assim, foi-se ampliando as escolas, abrindo a possibilidade ao público externo às instituições, pelo crescimento e a necessidade de ampliar os ensinamentos, ou seja, educar os filhos da burguesia. Implantando-se a sistematização do conhecimento para melhor atender a um maior número de estudantes, alinhando técnicas de atendimento individual e técnicas de atendimento coletivo.

¹ O mesmo que mosteiro: s.m. Convento; casa onde vivem em comunidade religiosos ou religiosas. / Ant. A cela em que separadamente vivia cada religioso ou religiosa. Acesso em 20/02/08, às 9:50 <http://www.workpedia.com.br/mosteiro.html>

A divisão em etapas é uma das alternativas encontradas para a transmissão da educação. Configura-se aí a base da educação moderna, a educação burguesa. Esse processo de etapas, remete a um modo de aprendizagem onde o estudante deve cumprir os programas postos e conseqüentemente evidenciar esses conhecimentos adquiridos em um exame previamente marcado, onde nem todos conseguem obter o sucesso pré-determinado pelo processo, caracterizando a reprovação e a repetência.

O processo de desenvolvimento da educação moderna transcorreu-se de forma que as transformações não ocorreram em benefício de todos, apesar do movimento da instrução pública de ensinar tudo a todos (KLEIN, 2000). Constatamos hoje que dentre tantos modelos de ensinar tudo a todos, o fracasso foi total, pois ideologicamente não houve mudança na estrutura e sim uma continuidade do pensamento burguês.

A quebra de um regime só é possível com luta e posicionamentos firmes, logo, a burguesia que estava em ascensão passou a ser classe revolucionária ligando-se aos ideais dos trabalhadores defendendo igualdade dos homens, criticando a nobreza e o clero². Com a conquista do poder a burguesia foi delimitando suas ações e se distanciando dos interesses revolucionários mostrando a sua verdadeira face, submetendo aos trabalhadores o mundo imaginário de igualdade e liberdade para todos tutelando esta, ao capital.

Segundo Saviani (2006, p. 40)

Na medida em que a burguesia, de classe em ascensão, portanto, de classe revolucionária, se transforma em classe consolidada no poder, os interesses dela não caminham mais em direção à transformação da sociedade; ao contrário, os interesses dela se coincidem com a perpetuação da sociedade.

O que ocorre na escola atual é um direcionamento para uma determinada classe social facilitando os mecanismos devastadores do capital. A Educação Física tem tido um papel importante na busca da hegemonia do capital dentro da escola, com o uso do esporte como forma de iludir o povo, continuando com as estratégias de fortalecimento da classe. Contudo, é possível que as mudanças históricas da educação perpassem por questões que superem esta antiga e decadente maneira de educar, principalmente os filhos da classe trabalhadora, para uma nova condição de transformação e elevação do nível de consciência do povo procurando entender que o sistema capitalista possui seu próprio mecanismo de intervenção quando percebe o movimento de transformação

² Ver em Saviani, Escola e Democracia, p. 38.

revolucionária dentro da sociedade e da classe trabalhadora ameaçando a hegemonia do capital.

Proporcionar uma organização do trabalho pedagógico na Educação Física escolar numa perspectiva superadora é um dos caminhos que vemos para a consolidação de uma educação para além do capital, pois o formato esportivo que a juventude e toda a população estão submetidas, nada mais é que uma afirmação espetacularizada do esporte.

O esporte tem sido inserido na escola de forma unilateral, com o único objetivo de desenvolver certo talento ou certa técnica esportiva. As práticas constantemente repetidas na escola nada mais são do que uma extensão do que se vê no esporte de rendimento, constantemente veiculado pela televisão. As práticas que são constantemente repetidas nas escolas são afirmações das informações midiáticas, que não problematizam o esporte, apenas veiculam informações sobre o mesmo, evidenciando a capacidade individual de cada participante, fortalecendo a consciência individualista, tão cara ao sistema metabólico do capital.

A escola vem reproduzindo o esporte rendimento através de competições específicas internas e inter-escolares incentivando a disputa aleatória para vencer, desconsiderando o colega que oferece a possibilidade da prática, levando o estudante a pensar que se joga contra um adversário e não com um companheiro.

Concordamos com o Coletivo de Autores (1992) quando diz que na escola é preciso fazer compreender de que o jogo de faz “a dois”, e de que é diferente jogar “com” o companheiro e jogar “contra” o adversário. (p.71). Essa deve ser a relação com o trato com o conhecimento esporte, retirando daí elementos centrais para a transformação das informações esportivas em conhecimento esportivo situado de forma sócio-histórica.

A escola por sua vez frente a este fogo cruzado, entre a força desproporcional do capital sobre o esporte e as possibilidades reais da sociedade, provoca, na maioria das vezes, uma rendição das propostas culturais populares, nascendo a necessidade tanto de reinventar o esporte (OLIVEIRA, 2001), quanto de apontar para que tipo de sociedade queira quando falamos da necessidade da sua reinvenção (FREITAS, 1987).

O esporte de rendimento acaba se configurando, assim como o modelo pedagógico ideal do trato do conteúdo esporte, no interior da escola, tornado-o inconsistente do ponto de vista educacional em uma perspectiva superadora, pois esse modelo didático não estabelece nexos e relações entre o particular, individual e o geral,

não potencializando assim, a compreensão do fenômeno esportivo em todas as suas dimensões, inclusive a de rendimento e não se reduzindo a esta.

Segundo Mészáros (2005, p. 27) sem “romper com a lógica do capital não poderemos contemplar uma criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. Sem se preocupar com o indivíduo a ser formado em uma perspectiva superadora, fortaleceremos as classes hegemônicas, que através das bases legais, expressa em diretrizes e parâmetros curriculares³. Só para citarmos dois exemplos, impõe de forma tênue a formação de sujeitos aptos tecnicamente para cumprir o seu papel na reprodução da força de trabalho, proporcionando aos filhos dos trabalhadores que na sua maioria, estuda em escolas públicas a continuidade do processo de hierarquização do saber (trabalho intelectual/trabalho braçal), recrudescendo a exploração do homem pelo homem⁴. Aqui reside à necessidade de apontar para onde queremos ir ao falarmos de resignificação do esporte, um dos fenômenos mais em evidência hoje no mundo contemporâneo. Na educação física, o esporte é, senão o único, o principal componente curricular. Dizem até que o esporte sobreviveria sem a educação física, mas o inverso não é verdadeiro.

O esporte ao qual nós vamos nos referir no nosso trabalho é o esporte moderno, que vem sofrendo modificações ao longo da sua história e que teve sua gênese no processo de rompimento da sociedade feudal para a sociedade capitalista, sofrendo influência das duas revoluções que inauguram a modernidade: a inglesa (revolução industrial) e a francesa (revolução política).

Embora reconheçamos como importantes os trabalhos que situam o esporte como elemento anterior à sociedade moderna, compreendemos também que os elementos apresentados e que são traduzidos como se fossem esporte, representam muito mais movimentos corporais que visavam à satisfação de uma necessidade imediata ou do sujeito ou do seu grupo ou, então, festejos em comemoração aos objetivos atendidos (colheita farta, sucesso em uma guerra, etc.) ou em homenagem aos deuses.

Portanto, o fato de um índio, por exemplo, utilizar dos seus instrumentos de arco e flecha para caçar, abater a sua presa e com isso atender a uma necessidade

³ Podemos verificar essa afirmação nos PCN's Ensino Médio, Conhecimentos de Educação Física, p. 155 – 160.

⁴ As iniciativas expostas pelos PCN's – O novo Ensino Médio, p. 15 e 16, faz uma síntese do continuísmo da educação sem novas perspectivas. Reconhecer o projeto histórico não faz parte das propostas de reformulação curricular.

imediate de saciar sua fome e de sua tribo, não significa como alguns querem dizer que estavam praticando, arco e flecha.

No entanto, os movimentos e os instrumentos utilizados pelo índio foram incorporados, no desenvolvimento da sociedade moderna, aos códigos que também se desenvolveram ao longo da história e se incorporaram não mais como elementos de uso para atendimento de necessidades imediatas, mas, também, como elemento de troca, buscando atender outros objetivos, como por exemplo, o rendimento físico, financeiro, o recorde e ganhos simbólicos variados incorporados ao que se convencionou chamar de esporte.

Esses elementos é que vão dar uma diferenciação substancial ao movimento da cultura popular pré-revolução industrial em relação ao que foi sendo desenvolvido pós-revolução industrial. Os códigos esportivos modernos são expressões desse movimento histórico do fenômeno esportivo.

1.1. O esporte moderno

Nesse sentido o esporte moderno se caracterizou pela normatização de vários elementos da cultura das classes populares inglesas. Além da burocratização que possibilita a criação de clubes e federações culminando em eventos e competições dando início ao profissionalismo. O esporte se desenvolveu com características distintas da sua criação proporcionando alterações na sua estrutura com o objetivo da sua universalização, angariando novos participantes.

Não obstante, os elementos populares da cultura corporal nem sempre foram bem aceitos pela sociedade burguesa emergente, necessitando passar por um processo de re-significação dos seus códigos para poder penetrar na mesma.

No Brasil podemos constatar isso tomando como exemplo a questão da capoeira. Tradicionalmente marcada pelos códigos dos negros escravos, os seus praticantes foram perseguidos por Lei durante mais de 20 anos. Atualmente, a capoeira é praticada também pela burguesia, se configurando, inclusive, como mercadoria tipo exportação. A questão que se coloca e que serve para entendermos um possível ponto de partida para uma pedagogia crítico-superadora é levantar um questionamento: o que foi que mudou na capoeira e na sociedade para que a mesma fosse absorvida pela mesma parcela social que, anos atrás, tinha uma compreensão preconceituosa e discriminatória desta prática da cultura corporal?

Um outro exemplo diz respeito à ginástica que nas décadas de 20 e 30 ganha força através do método Francês que enfatiza a higienização e nacionalização. Com a influência francesa chega ao Brasil por volta de 1940, criado pelo Instituto Nacional de Esportes da França, a Educação Física Desportiva Generalizada. (OLIVEIRA, 2001, p. 15). Embora defendida como prática obrigatória na escola por pensadores de peso como Fernando de Azevedo e Rui Barbosa, sofreu resistência por uma fração da classe dominante, pois a mesma vinha associada ao trabalho braçal, indigno para a aristocracia brasileira, já que trabalho braçal tinha relação com o trabalho escravo.

Hoje em dia, não só existem espaços específicos para a sua prática (como às academias, por exemplo) como, também, de acordo com a estação do ano (principalmente no verão), novas modalidades aparecem.

Com a nacionalização, o esporte toma uma dimensão grandiosamente popular e política. Popular, pela extensão que muitos esportes, como o futebol, no Brasil ganham com os eventos mundiais e a produção de ídolos e políticos, pela utilização desses “deuses do esporte” pelo Estado com o objetivo de demonstração de força e poder. Temos como fato comprobatório desse caso em especial o período da guerra fria entre o bloco dos Estados burocráticos⁵, representado pela União Soviética e o bloco capitalista, representado pelos Estados Unidos. No Brasil, podemos citar a Copa do Mundo de 1970, com a conquista do Tri campeonato pelo país. Esse fato foi utilizado politicamente para passar a impressão que “esse é um País que vai pra frente”, “Prá frente Brasil”⁶.

Atualmente, novas responsabilidades são somadas ao esporte. Tomando como referência a Organização das Nações Unidas, o esporte é incorporado a projetos que objetivam o desenvolvimento das nações e a paz entre elas. É com este espírito que o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, elaborou o “*Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio* (ONU, 2003)”. (NOZAKI & PENNA, 2007, p. 207).

⁵ Consideramos que a experiência vivida por países do Leste europeu, entre outros, no século XX, e comumente denominados de países do socialismo real, tratou-se efetivamente de Estados de centralismo burocrático, desde Stalin, e não Estados socialistas, na concepção de Marx. (NOZAKI & PENNA, 2007, p. 203).

⁶ Parte da letra da música utilizada para incentivar e comemorar a conquista do Tricampeonato mundial de futebol pelo Brasil em 1970, escrita por Miguel Gustavo.

Nesse relatório, o esporte é assepticamente apresentado e tal como a ginástica no século XIX, aparece como protagonista saneador do século, receita e remédio para os males da sociedade. (SOARES, 1994).

O esporte pode atravessar as barreiras que dividem as sociedades, tornando-o assim uma poderosa ferramenta para apoiar esforços de prevenção de conflitos e de construção da paz, tanto simbolicamente no nível global, quanto de maneira bastante prática dentro das comunidades. Quando aplicados eficazmente, os programas de esportes promovem a integração social e fomentam a tolerância, ajudando reduzir a tensão e gerar diálogo. O poder de organização e reunião do esporte o torna uma ferramenta ainda mais eficaz para a comunicação e a conscientização. (ONU, apud NOZAKI & PENNA, 2007, p. 208).

Passam-se os anos, mas o discurso naturalizante de importantes fatos sociais, como as guerras entre as nações e suas possíveis soluções continuam a assumir um caráter de força de vontade individual. Nada dessas questões tem haver com a base onde se dão as relações sociais. O esporte, que carrega códigos e símbolos do capitalismo, como a questão do rendimento e do *Record* é chamado para solucionar os problemas gerados pelo sistema que o engendrou. É como se quiséssemos sair do atoleiro onde nos metemos puxando os nossos próprios cabelos.

Essa posição nos remete a exigência de um pensamento mais rigoroso no que diz ao esporte como um dos conteúdos da Educação Física, como ele é discutido, avalizado, inserido e oferecido às classes, fortalecendo a lógica de capital.

O esporte moderno criado na Inglaterra com a normatização das práticas corporais foi se desenvolvendo nas escolas, universidades e também nos clubes, por aqueles que queriam continuar a praticar esportes depois dos estudos. Foi um marco importante no desenvolvimento do esporte moderno as associações, vale lembrar, junto com Tubino (1999) a Associação Cristã de Moços (ACM), que foi responsável pela introdução do basquete e do vôlei nos Estados Unidos e sendo incorporados por outros países como o próprio Brasil.

O discurso presente na busca da legitimação do esporte como uma prática social que em si carrega valores fundamentais para o desenvolvimento da sociedade também se expressava, principalmente o discurso higiênico, da ordem, da tenacidade do caráter e do respeito às regras, fundamentais para uma relação social civilizada.

Mas esse discurso nem sempre foi hegemônico, como hoje não é. Existiam movimentos de resistência extremamente organizados. A classe trabalhadora de alguns países como a França, a Bélgica e a Alemanha que criaram uma organização de clubes

de ginástica em oposição à prática esportiva. (Bracht, 2005). Essa organização ganhou força a ponto de promover duas olimpíadas. Com o passar do tempo, os códigos esportivos passaram a ter mais força no interior da classe trabalhadora, servindo inclusive como instrumento de mobilização e “(...) organização das classes populares para o embate da prática social, ou seja, para o confronto cotidiano imposto pela luta de classes”. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1997, p. 21).

1.2 As dimensões do esporte e seu uso na escola

Tubino (1999 e 2001) define o esporte em suas dimensões sociais baseado na publicação da carta da UNESCO, Carta Internacional de Educação Física e Esporte⁷, de 1978, em esporte educacional, esporte participação e esporte performance ou rendimento, este último, característica do esporte moderno e suas manifestações espetacularizadas pela iniciativa privada que o incentiva e o patrocina para melhor visualização dos seus produtos. Para que isso aconteça é necessária a produção de novos ídolos e grandes espetáculos. O avanço tecnológico alicerçado pelo capital dá um novo rumo às competições tornando o espetáculo esportivo mais emocionante e atrativo aos olhos do público, facilitado pela televisão nas transmissões mundiais.

A espetacularização do esporte traz ganhos consideráveis no aspecto financeiro dando uma falsa ilusão de ascensão social àqueles que vislumbram uma melhoria na condição sócio-cultural, incentivado pela mídia e idolatrado pelos poderes que regem o esporte nacional e internacional.

O esporte moderno que tem diferentes modos de classificação esportiva tem evidenciado apenas e privilegiado aos que estão no ápice, desqualificando os menos privilegiados. Já no aspecto sócio cultural o esporte moderno tem falhado de maneira drástica pois, dentro das manifestações culturais dos povos os elementos essenciais das práticas culturais vão se desintegrando intencionalmente pela ação do homem no sentido de caracterizar novas modalidades esportivas delimitadas por regras e leis propagando o espírito esportivo em todo o mundo através da escola.

Segundo Oliveira (2001, p. 16), não só o esporte é o conteúdo exclusivo e prioritário para a organização das aulas, como também outras formas culturais vão sendo esportivizadas por meio de competições, da uniformização de regras etc. A reinvenção do esporte é uma das possibilidades que enxergamos como forma de resgatar

⁷ Ver em O que é Esporte e Dimensões sociais de esporte, Manuel Tubino.

as manifestações culturais e reparar a destruição que o poder do capital tem provocado na cultura esportiva da humanidade através da escola. Nela, é preciso resgatar os valores que verdadeiramente socializam, privilegiam o coletivo sobre o individual (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Contribuir para uma prática pedagógica do esporte diferenciada dos modelos tradicionais que se configura na competição, que a escola atual apresenta, pois acreditamos que é um passo importante a ser dado na construção da consciência dos estudantes, refletindo sobre as contradições que o esporte traz dentro e fora da escola, principalmente nas diferenças de classe e entre as majorias e minorias.

A Educação Física que trata do conhecimento da cultura corporal abrange o tratamento do sentido/significado compreendendo as relações de interdependência que o esporte, ginástica, dança, entre outros, têm em relação ao contexto sócio-histórico. Entendemos que o tratamento desses conteúdos deva ser usado no sentido de compreender a lógica histórica, concreta, do movimento social, movimento esse que vai além dos aspectos presentes nos conteúdos, pois dependem também da situação específica do espaço (no nosso caso o espaço escolar) onde o mesmo vai ser trabalhado, limitando ou potencializando o próprio trabalho.

“Para que esse conhecimento possa ser tratado dessa forma, a escola terá que organizar o tempo e o espaço pedagogicamente necessários para aprender” (Coletivo de Autores, 1992, p. 37).

Pensando sobre a situação das escolas estaduais na Bahia, veremos uma amostra dos limites estruturais de uma proposta superadora para o ensino da educação física. O Estado tem 1.753 escolas da rede pública estadual de ensino. Destas, 971 não possuem quadras e das 782 quadras existentes apenas 50 são cobertas. Esses dados são da própria Secretaria de Educação do Estado da Bahia, ano 2006. Se considerarmos a temperatura do Nordeste brasileiro onde o Estado está situado, veremos que a necessidade de espaços cobertos (ginásio de esportes, entre outros) para as aulas de Educação Física é de suma importância, sem falar em outras questões estruturais, como piso da quadra, água potável, horário das aulas, entre outros, como, por exemplo, às questões do material pedagógico.

Uma das dificuldades que a Educação Física enfrenta é quando se trata de recursos materiais. A prática pedagógica da disciplina Educação Física vem sendo questionada e debatida ao longo dos anos e o material esportivo sempre teve destaque nas discussões referenciando-se a qualidade, condições, diversidade e quantidade. Mas

o que assistimos é o professor sendo colocado como um improvisador em potencial, agindo pedagogicamente sob o discurso da criatividade. Se falta material, sobra criatividade por parte dos professores.

Um outro elemento que aparece, mas que muitas vezes não é levado em consideração diz respeito ao debate político. No Estado da Bahia existem instâncias para tratar das especificidades de cada setor. No que diz respeito à Educação Física, a mesma, além de se situar no âmbito da Secretaria de Educação, é também tratada por duas outras instâncias de educação não escolar, como a SETRE (Secretaria do Trabalho e Renda) e SUDESB (Superintendência do Desporto da Bahia), causando, no nosso entendimento, uma confusão conceitual que possibilita avanço de setores que, embora não tenham sido criados para advogar no campo pedagógico, se sentem perfeitamente à vontade nesse aspecto. É o caso do Conselho Federal e Regional de Educação Física (Confef/Cref), que continuam insistindo em impor um poder que não lhes cabe, inclusive com tentativas de ingerência sobre o currículo escolar e seleções públicas para professores que vão atuar nos espaços escolares.

Um outro aspecto que não podemos deixar de mencionar, diz respeito à situação da formação dos professores no Estado, já que temos um total de 1.058 professores de Educação Física que trabalham em escolas, no Estado da Bahia e que não têm Licenciatura.

Todos esses elementos devem ser levados em conta quando o assunto é desenvolver uma abordagem crítico-superadora, para que não caiamos na ingenuidade de que pensando o específico, daremos conta de melhorar o geral e vice-versa. Esses elementos precisam ser pensados na sua totalidade complexa, senão correremos o risco de desenvolver uma reflexão idealista sobre a organização do trabalho pedagógico do professor de Educação Física, organização que depende de vários dos aspectos mencionados, entre outros.

1.3. Esporte, cidadania e emancipação humana

Considerar a cidadania como uma forma de obtermos direitos e deveres, é o que veremos mais a frente, porém é dessa perspectiva que temos que aprofundar nossos estudos no sentido de alcançarmos novos horizontes e encontrarmos subsídios para a superação deste conceito de cidadania que a sociedade burguesa impõe, - pois o conceito liberal de cidadania é: o direito natural, a liberdade de pensamento e religião e a igualdade perante a lei (Ferreira, 1993, p. 31), dividido em três esferas: 1) a esfera

política; 2) a esfera econômica. 3) a esfera privada. Em todas elas, o conceito de emancipação humana é silenciado.

Buscando encontrar o caminho para encontrar as possibilidades de emancipação humana, vimos com TONET, (2005) que o trabalho é o fundamento ontológico da liberdade. Logo, essencial na construção da emancipação assim como constitui a matriz de uma determinada forma de sociabilidade. O Estado também se configura numa forma de institucionalizar o que é reclamado e defendido pela sociedade civil, não esquecendo que a sociedade deve caminhar lado a lado com o Estado principalmente com a função de fiscalizar. Na sociedade civil reclamam-se e defendem-se os direitos, mas na esfera do Estado os direitos são reconhecidos, efetivados ou anulados. (Therborn, 1999, p.88).

Na sociedade atual o trabalho tem se configurado multifacetado, haja vista que além de ser utilizado para explorar a classe trabalhadora é condescendente com a classe burguesa. Na educação é evidente essa exploração quando o Estado impõe arrocho em diversos sentidos da caminhada da classe trabalhadora em busca de condições dignas de trabalho e de sobrevivência. Ao mesmo tempo em que as manifestações são reprimidas por ações jurídicas.

O Estado desde o século passado vem se configurando como elemento de consolidação da educação para o interesse de apenas uma determinada classe, pois a política social que se apresenta não direciona para a superação do capitalismo, “a função básica do Estado nas sociedades capitalistas, portanto, é garantir a reprodução do capital”. (Bracht, 2005, p. 71).

Por isso, vemos constantemente a intervenção do Estado no esporte de alto rendimento com o propósito de assegurar a permanência das estruturas de espetacularização da ação esportiva, principalmente os esportes que proporcionam uma aglomeração de um grande número de espectadores. Prova recente é o Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte (PNDE)⁸. A divisão do trabalho vista anteriormente (trabalho intelectual/trabalho braçal) também está configurada e fortalecida na relação estado/esporte, empresário/atleta, pois o conjunto de normas estabelecidas atende aos interesses da classe dominante, interesses esses presentes, também, na prática pedagógica.

⁸ Nova Política Social do Governo Federal a ser implantado no período de 2007 – 2010 que foi apresentado em 16/03/2007 pelo Ministro do Esporte, Orlando Silva na cidade de São Paulo.

A prática pedagógica realizada na escola ao longo dos anos tem sido desconfigurada, desarticulada, sem critérios a serem seguidos para além da esportivização das manifestações culturais e do esporte de rendimento, contribuindo para o crescimento e interferência de órgãos como o Confef/Cref. A pedagogia do esporte empregada na escola prioritariamente remete os estudantes ao aprendizado no que se refere aos movimentos técnicos próprios do esporte competitivo, desenvolvendo ações de caráter individualista, tão cara ao conceito liberal de cidadania.

Na escola, o professor tem possibilidade de desenvolver juntamente com seus alunos uma visão de mundo analisando suas determinações, as quais são tão significativas quanto à ação de “jogar bola”, construir coletivamente jogos e tarefas onde todos participem que experimentem ações coletivas, autodeterminadas durante o processo de evolução do jogo, ou seja, haja um rodízio de funções motivando a auto organização dos estudantes e conseqüentemente possibilite identificar e sugerir soluções para possíveis problemas durante o processo.

Com isso, acreditamos desenvolver, mesmo considerando os limites da escola capitalista, elementos característicos da emancipação humana, pois os estudantes são levados a desenvolver atitudes cooperativas, de resoluções de problemas apresentados no decorrer das próprias ações dos alunos, ações estas por eles mesmos deliberadas.

A prática pedagógica do esporte da escola não deve se preocupar com especificidades do esporte competitivo e sim, estabelecer parâmetros de sociabilidade e respeito ao colega, pois, o jogo caracteriza-se pela participação coletiva, quanto maior for o nível de socialização do jogo menos constrangedor será para quem o pratica.

Na escola, é preciso resgatar os valores que privilegiam o coletivo sobre o individual, defendem o compromisso da solidariedade e respeito humano, a compreensão de que o jogo se faz “a dois”, e de que é diferente jogar “com” o companheiro e jogar “contra” o adversário.(COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 71).

A tarefa desenvolvida nas escolas pela disciplina educação física vem ao longo dos anos reproduzindo o conceito do esporte de rendimento. Por conta disso, observamos a todo instante os jovens ainda em formação buscarem a todo custo a beleza e força física em centros de ginásticas espalhados por todo o país, como se fosse sinônimo de saúde e elegância, o que historicamente sabemos que é uma faceta do esporte rendimento que penetra na sociedade e invade principalmente a escola através do esporte escolar.

Mas o esporte de rendimento também tem as suas contradições, que podem perfeitamente servir de elementos a serem pedagogizados pelo professor de educação física. Dentre esses elementos, temos os recursos utilizados pelos atletas para conseguirem os seus objetivos. O uso do doping é um desses recursos.

Um dos fatos mais recentes vem se arrastando pela justiça desportiva internacional. É o caso da nadadora brasileira Rebeca Gusmão, acusada de utilizar substâncias proibidas durante os jogos Pan-americanos 2007, realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, não há uma intervenção precisa e contundente de discutir de forma ampla e crítica os procedimentos utilizados no esporte, principalmente no de rendimento o qual se destaca nos noticiários nacionais e internacionais pelo uso de substâncias não autorizadas.

Outro exemplo são as sucessivas contusões de Guga e Ronaldo “o fenômeno”, este último depois de tantas vitórias e sucessos durante a carreira profissional, depois de ter passado por um processo cirúrgico doloroso e delicado, o capital caricaturado pela “paixão do povo de uma nação”, incentiva o retorno do atleta às atividades esportivas competitivas alcançando êxito nas pretensões comerciais traçadas por seus patrocinadores proporcionando assim, o mesmo tipo de contusão no outro joelho que anteriormente não havia sofrido nenhuma lesão.

A escola, mais especificamente o professor, tem o importante papel de informar de maneira clara quanto às formas utilizadas pela classe dominante no sentido de seduzir com o esporte através da vitória a qualquer custo e conseqüentemente as possibilidades de conquistas dentro dessa sociedade excludente, fortalecendo os que estão no poder e são privilegiados com o discurso liberal de democracia travestida de cidadania como direito individual de escolha dos seus representantes no Congresso Nacional, entre outros.

Verificamos a importância em evidenciar que a competição dentro da ação esportiva tem seu valor pedagógico e que não deve ser desconsiderado, muito pelo contrário, devem ser discutidas suas determinações e analisado com rigorosidade, no intuito de proporcionar reflexões profundas, pois é significativo o estudante perceber todas as possibilidades, inclusive nas mudanças de significação do esporte, de reinvenção do esporte e resgate das atividades culturais que existem dentro do contexto escolar e fora dele, para que o entendimento e o aprendizado dos conteúdos alcancem os objetivos traçados pela escola e pelo professor, sempre de forma coletiva, auto-determinada e auto-organizada, co-responsabilizando os alunos, co-autores do processo

de ensino e aprendizagem, considerando que educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. (Mészáros, p. 13). Vivenciar as práticas esportivas e culturais é essencial para a consolidação do conhecimento e ampliação de possibilidades de propagar para outras gerações o movimento esportivo cultural, na esteira do processo de emancipação humana.

O esporte da escola contém elementos ricos para o desenvolvimento humano do jovem, cooperando com a prática do discurso da cidadania, numa perspectiva emancipatória pois, para se alcançar a emancipação humana, se faz necessário superar a mercadoria, o capital e o Estado (IASI, 2007, p. 56).

Portanto, revitalizar os processos de socialização que a sociedade atual desconsidera é um desses elementos que o esporte escolar contém e que deve ser resgatado para o desenvolvimento de uma outra sociedade, direcionando o homem para a emancipação humana.

2. O trabalho pedagógico e o conteúdo esporte: perspectiva emancipatória

Tratar o conteúdo esporte nas dimensões e determinações sociais significa entender dialeticamente as relações entre o homem e a natureza já que sabemos que a natureza é modificada pelo homem que antecipadamente sabe dos resultados da ação, pois os objetivos são traçados anteriormente.

O conteúdo esporte vem sofrendo sérios conflitos de ordem pedagógica e social, representados pelas diferentes abordagens pedagógicas. Para que possamos interferir no processo de degradação educacional das escolas que os filhos da classe trabalhadora freqüentam, é necessária uma organização do trabalho pedagógico para além do capital, no sentido de consolidarmos uma (re) evolução no pensamento dos estudantes a fim de que percebam as determinações que a educação piramidal da escola atual propõe.

A metodologia da repetição dos gestos para se alcançar o movimento perfeito está diminuindo a possibilidade de evolução do ser histórico, contribui para a submissão do professor, descaracterizando a verdadeira raiz do esporte, que é o jogo. A criança joga por jogar, para brincar, não para competir. A ação esportiva deve evidenciar o coletivo para que os estudantes percebam que coletivamente fazemos, realizamos e concretizamos o jogo e que individualmente promovemos o egoísmo, a falta de companheirismo, a exclusão.

Entendemos a concepção de ciclos de aprendizagem como uma perspectiva possível de superar os grandes obstáculos que a educação em sua totalidade e a educação física especificamente, vem atravessando dentro do processo educacional. O esporte tem amplas possibilidades de ser trabalhado pedagogicamente no interior dos ciclos, proporcionando um repertório extenso na objetivação do nível de consciência crítico-social em uma perspectiva emancipatória.

Nesse sentido, proporcionar um ensino através dos ciclos de aprendizagem vimos como uma alternativa valiosa e possível, evidenciando o que diz Freitas (2003), que encara os ciclos de forma positiva⁹ e sem confundir com a progressão continuada,

⁹ Nos ciclos, os conteúdos de ensino são tratados simultaneamente, construindo-se referências que vão se ampliando no pensamento do aluno de forma espiralada, desde o momento da constatação de um ou vários dados da realidade, até interpretá-los, compreendê-los e explicá-los. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.34). Conforme Freitas (2003), Na progressão continuada a lógica é diferente, pois coloca os alunos num patamar apenas de aproximação com os conteúdos, sem uma avaliação no processo de aprendizado destes, progredindo para a fase seguinte.

não como uma mera solução pedagógica para um problema de desempenho do aluno, e sim um longo e necessário processo de resistência de professores, alunos e pais à lógica excludente e seletiva da escola, para que assim, seja quebrada a submissão que a escola capitalista ensina e impõe. Fortalecer a resistência dos trabalhadores em educação é ponto chave para que haja uma dimensão diferenciada na relação educação/exclusão, educação/trabalho, educação/produção.

Segundo Marcílio Júnior (2007), os ciclos devem obedecer algumas condições para que tenham resultados satisfatórios, a participação dos professores nas propostas, importância de avaliação da aprendizagem, investimentos no professor (formação, atualização e condições de trabalho), atendimento ao aluno com dificuldades, participação da comunidade, implantação gradativa.

O respeito ao tempo pedagógico do estudante é fundamental para que haja um ajuste entre o real e o pensar, caminhando neste sentido pode alertar que, para a construção do conhecimento contínuo e gradual não devemos acelerar o processo de entendimento dos estudantes. O que nos faz crer que o processo de seriação comete um grande equívoco quando impõe limites ao tempo de aprendizado, além de subdividir por unidades e quando o estudante não cumpre esse tempo pré-estabelecido lhes é aplicada uma punição, a não progressão para a série seguinte.

Segundo os autores o aprendizado se dá de maneira mais agradável e consistente na prática dos ciclos, principalmente quando se busca os dados da realidade com sua relação na práxis pedagógica, atentando para a relação ciclo e processos pedagógicos, dentro de uma relação lógica. Nesse sentido, temos o primeiro ciclo como aquele responsável pela organização da identidade dos dados da realidade, esse vai da pré-escola até a 3ª série. O segundo ciclo é o da iniciação à sistematização do conhecimento, que vai da 4ª à 6ª série. Já o terceiro ciclo é responsável pela ampliação da sistematização do conhecimento, e abrange as 7ª à 8ª séries. Por fim, temos o quarto ciclo, que abrange as três séries do ensino médio e é responsável pelo aprofundamento da sistematização do conhecimento. (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Nos ciclos devem ser consideradas as fases de desenvolvimento do estudante, respeitando as zonas de desenvolvimento: atual e próximo¹⁰ como é desenvolvida na escola de Vygotski onde diz que o desenvolvimento atual de uma criança é aquele que

¹⁰ Ver em: - A Escola de VIGOTSKI e a Educação Escolar (algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia Histórico-Cultural) - Newton Duarte, Araraquara, janeiro de 1995, <http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/3745/odonto/VIGOTSKY.htm>

pode ser verificado através de testes nos quais a criança resolve problemas de forma independente, autônoma. Já a zona de desenvolvimento próximo abarca tudo aquilo que a criança não faz sozinha, mas consegue fazer imitando o adulto. (Vigotski, 1993, apud Duarte, 1995), logo, vemos que se nós trabalharmos a zona de desenvolvimento próximo, avançaremos com o aprendizado do estudante. Porém é importante observar que apesar do avanço que o estudante dá respondendo aos estímulos, a atenção tem que ser maior por parte do professor para que quando o aluno não responder mais aos estímulos é sinal que chegou ao seu limite e que este precisa ser respeitado, até chegar à próxima etapa do desenvolvimento.

Cabe ao ensino escolar, portanto, a importante tarefa de transmitir à criança os conteúdos historicamente produzidos e socialmente necessários, selecionando o que desses conteúdos encontra-se a cada momento do processo pedagógico, na zona de desenvolvimento próximo. Se o conteúdo escolar estiver além dela, o ensino fracassará porque a criança é ainda incapaz de apropriar-se daquele conhecimento e das faculdades cognitivas a ele correspondentes. Se, no outro extremo, o conteúdo escolar se limitar a requerer da criança aquilo que já se formou em seu desenvolvimento intelectual, então o ensino torna-se inútil, desnecessário, pois a criança pode realizar sozinha a apropriação daquele conteúdo e tal apropriação não produzirá nenhuma nova capacidade intelectual nessa criança, não produzirá nada qualitativamente novo, mas apenas um aumento quantitativo das informações por ela dominadas (Duarte, 1995, p. 17).

O estudante na escola onde se apresenta os ciclos, aprende a lidar com o coletivo a fim de construir uma relação de cumplicidade com o colega, o professor, os funcionários, os gestores e toda a comunidade que o cerca e nunca a escola será um “local onde predominantemente se aprende a subordinação”. (Freitas, 2003, p. 59). É importante salientar que, para uma nova dimensão educativa através dos ciclos, não basta interferir somente no tempo e no espaço, alterando-os. Deve-se, no nosso entendimento, contribuir para a auto-organização dos estudantes construindo assim sua autonomia.

Por isso é imprescindível afirmar que a formação de sujeito respeitando o seu projeto histórico, passa por uma educação que busca a emancipação humana, uma cidadania que não está tutelada ao capital.

Entender através do esporte o conceito de emancipação humana é tarefa que apesar do seu grau de dificuldade, apresenta ao professor de Educação Física uma imensa satisfação quando percebe os avanços ocorridos durante o processo de aprendizado, proporcionando uma elevação do nível de consciência dos estudantes, possibilitando a emancipação humana no sentido de interferir no “jogo da vida” e nas

suas regras (leis) contribuindo com a superação da mercantilização das ações humanas, elemento presente no universo esportivo que está atrelado ao capital.

2.1. A Escola Técnica Estadual Newton Sucupira

Embora o nosso estudo não seja um estudo de caso, buscamos analisar a educação física que se processa no interior de uma escola pública do estado, tendo em vista ser este o nosso ambiente de trabalho. As reflexões que se seguem têm como objetivo, enriquecer o nosso pensamento, partindo de um elemento concreto da realidade, o “chão da escola”, cotejado com outros apresentados pelos autores até então trabalhados.

Com a grande expansão imobiliária durante o século passado e a migração de muitos trabalhadores para a capital do Estado da Bahia, Salvador, a necessidade de criação de moradias populares fora do eixo central da cidade, foi delineando-se e concretizou-se com a criação de vários empreendimentos executados pela então URBIS¹¹. Dentro desta expansão nasce um novo bairro, Mussurunga, entre a Av. Paralela e a Estrada Velha do Aeroporto. Como qualquer bairro, quer seja popular ou não, necessidades básicas vão surgindo à medida que a população vai se instalando e crescendo, e o local vai se caracterizando como residencial. De imediato instala-se um comércio, constrói-se uma igreja e uma escola exatamente nessa ordem, o primeiro pela necessidade de se alimentar e aliado a isso a perspectiva de obter vantagens, lucro, com algum comércio afinal o sistema abre caminhos para a exploração do homem pelo homem, o segundo, pela alienação do poder da fé que a religião através da igreja exerce

¹¹A *HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA S.A URBIS*, é uma sociedade de economia mista, constituída por tempo indeterminado, nos termos da lei estadual nº 2.114 de 04/01/1965. As principais finalidades da URBIS quando criada era: 1 - Estudar as questões relativas à habitação popular e ao planejamento e à execução das suas soluções observada a política de desenvolvimento econômico e social do Estado; 2 - Formular, coordenar e executar o plano estadual de habitação e seus diversos sub programas; 3 - Promover a urbanização de áreas habitacionais carentes de infra estrutura básica e propiciar a ocupação de vazios urbanos destinados a implantação de assentamentos residenciais de interesse social, particularmente aqueles voltados a população de baixa renda. A sigla URBIS é originária do latim visto que URBIS nesse idioma significa cidade. O primeiro conjunto habitacional construído pela URBIS foi o conjunto Sete de Abril em setembro / outubro de 1967 com 500 unidades no padrão 02 quartos. O último conjunto financiado foi o Vila Serrana em Vitória da Conquista no ano de 1990. A maior aglomeração de mutuários da URBIS localiza-se em Cajazeiras onde existem 21.984 imóveis financiados pelo SFH. Durante o decorrer dos anos a URBIS incorporou duas empresas a CEDUR (Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano) e a HAMESA (Habitação e Melhoramento do Estado da Bahia S.A. Alagados). Bairros com conjuntos da URBIS em Salvador: Cajazeiras, Cabula, Saboeiro, Alagados, Mussurunga, Doron, Faz. Grande, Itapagipe, Imbuí, Castelo Branco, Pirajá, Valéria, Vista Alegre de Coutos, Boca da Mata, Solar Boa Vista, Engenho Velho de Brotas, Paripe, Periperi, Ilha Amarela. Desde janeiro/1999 a URBIS encontra-se em processo de liquidação.

sobre as pessoas desde o Império Romano quando “a detenção do monopólio do saber, em função do domínio das habilidades de leitura e escrita, restrito praticamente ao clero, e do controle educacional formal, que era da alçada exclusiva da igreja” (Andery, 2004, pg.142) e o terceiro, pela forma de promover educação para contribuir com a perpetuação do sistema.

Atualmente o bairro de Mussurunga possui 30 unidades escolares, sendo cinco delas estaduais, duas municipais, uma comunitária, as restantes particulares, com mais de quinze mil alunos estudando no próprio bairro. O Centro Social Urbano é utilizado para realização de cursos para idosos e trabalhos comunitários, além de ser um espaço de lazer, utilizado por qualquer um dos moradores do bairro. A Prefeitura tem convênio com vistas ao ensino pré-escolar que funciona no Centro Social Urbano.

Antes de entrarmos diretamente no contexto da criação da Escola Técnica Estadual Newton Sucupira, um breve histórico sobre a formação das escolas técnicas no Brasil.

O Estado brasileiro deu os primeiros passos em direção à formação profissional na primeira década do século XX, mais precisamente em 1906, mesmo período que através de decreto do Presidente Afonso Pena, cria o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio determinando que esteja a seu cargo o ensino agrícola, escola veterinária, a escola de minas e ensino profissional. O ensino profissional era de nível primário, não se vinculando à educação, à formação intelectual. (Ciavata, 2006, p.106).

Somente em 1931 foi criado o Ministério da Educação pelo Presidente Vargas modificando a estrutura do ensino profissional, tornando-se escolas federais de ensino profissional técnico, com a criação do SENAI (1942) e SENAC (1946). O fortalecimento da produção capitalista vai se evidenciando com algumas transformações sociais, políticas e econômicas – como a regulamentação da jornada de trabalho, do trabalho da mulher e do menor. (Fonseca, 2006, p.207).

Nesse período, alguns decretos foram surgindo como incentivo ao ensino técnico, denominadas Leis Orgânicas do Ensino Técnico de 1942. Decreto-lei n. 4.073 de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n. 4244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário ; Decreto-lei n. 6141, de 26 de dezembro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Normal. (Frigotto, 2005, p. 25).

Ainda, reportando a Fonseca, 2006, nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram mudanças na orientação da formação profissional: a escola pública assume a idéia da

profissionalização com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71), Lei esta que “estabelece a profissionalização como eixo no segundo grau”. (Frigotto e Ciavata, 1992, apud Fonseca, 2006), tornando o capital com potência suficiente para desobrigar o Estado de implantar políticas públicas. Exatamente nesse período de grandes mudanças educacionais, que em 1979 nasce a Escola Técnica Estadual Newton Sucupira com o objetivo, inicialmente, de proporcionar conhecimentos aos filhos de moradores do bairro de Mussurunga.

O processo de implantação de novas escolas nesse período, onde a Ditadura Militar ainda operava no Brasil, com a utilização de slogans democráticos para iludir o povo, os projetos de escolarização inseridos nas escolas, fortaleciam a classe dominante, a burguesia, que tem como função “ensinar a submissão e a de excluir” (Freitas, 2003, p. 10). As normas disciplinares impostas tinham o intuito de conter as manifestações estudantis que não fossem de interesse do regime vigente. Provocando em vários momentos confronto com os policiais.

A Escola Técnica Estadual Newton Sucupira que também oferecia o ensino fundamental (5^a à 8^a séries), passou por um período de transformação durante a turbulenta fase educacional que o Brasil enfrentou principalmente na reformulação do Ensino Técnico, fase esta que se discutiam os avanços significativos na área de educação e trabalho (Kuenzer, 1988, p.89), com isso, foi consolidado o ensino Técnico na escola, confirmando o seu nome Escola Técnica Estadual Newton Sucupira (ETENS), contando com boa infra-estrutura e sob a administração do Professor Edinil do Espírito Santo¹², confirmou a ETENS como Escola Técnica realizando inúmeras parcerias com empresas privadas e estatais no sentido de absorver a mão de obra qualificada pela Escola, que pedagogicamente tinha uma relação afinada entre teoria e prática, fundada no conceito de práxis.

Com o movimento do processo político as transformações educacionais foram acontecendo, entre elas a fusão nível médio e formação profissional, definido por Leis, Decretos, Portarias, Pareceres e Resoluções (BAHIA, 2006) fortalecendo-se até acontecer à reforma do Ensino Médio e Técnico no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

¹² Professor Edinil foi o primeiro diretor da ETENS que consolidou o ensino Técnico na rede estadual de forma que com o resultado desse trabalho obteve a confiança e reconhecimento da comunidade de Mussurunga a ponto de eleger-se por duas vezes, Vereador de Salvador. Vindo a falecer em 2002.

Com a o passar do tempo a ETENS foi perdendo seu potencial físico estrutural e educacional, apesar da várias tentativas de implementação de novos modelos de gestão, todas frustradas por desconsiderar o saber técnico que, segundo Kuenzer, (1988, p. 91), “(...) saber técnico é ‘saber fazer’, resultante da articulação entre teoria e prática e dotado de caráter social e político”.

Por conta da crise do capital mais uma mudança na estrutura educacional se desencadeou com a finalidade de colaborar com a lógica capitalista. A escola passa a ser de formação geral com o objetivo de preparar os estudantes para o vestibular. Assim, a ETENS definitivamente foi descaracterizada, os materiais específicos para os cursos técnicos foram ficando obsoletos e sucateados. Concordamos mais uma vez com Kuenzer, (1988), quando ela enfatiza os estudos de Franco, (1983, 1984 e 1987).

Franco julga indispensável que se repense a formação de técnicos de nível médio como uma alternativa realista para os jovens trabalhadores, enquanto elemento de desenvolvimento da cidadania. No seu entender, as discussões sobre o 2º grau devem ter presente a necessidade de oferecer um aprendizado que permita tanto a continuidade dos estudos quanto o ingresso no mundo do trabalho, independentemente da natureza do curso; ou seja, trata-se de permitir o acesso ao saber organizado e sistematizado e ao mesmo tempo de instrumentalizar o aluno para o mundo do trabalho. A autora defende, desta forma, a ampliação do ensino técnico não como adestramento, atrelado às necessidades do mercado de trabalho, mas como lócus de aquisição, de maneira articulada, de conteúdos voltados para uma sólida formação geral e para uma formação específica que lhe permita participar das relações sociais enquanto cidadão trabalhador.(p. 91-92).

Há três anos a ETENS vem assumindo mais uma mudança estrutural do ensino, passando a ser Ensino Médio Integrado, política governamental do Presidente Lula. Hoje, em 2007, a escola tem pouco mais de 1.200 estudantes, tem equipamentos e materiais básicos apesar de insuficientes para as aulas práticas dos cursos Técnicos e para as aulas de Educação Física. Possui um ginásio de esportes, o que não é a realidade da grande maioria das escolas públicas do Nordeste brasileiro.

Por tratar-se de uma escola de nível médio e técnico, acaba atraindo muitos estudantes que buscam qualificação técnica e profissional, sendo considerada, por isso, diferenciada em relação às outras escolas. Com a mudança no quadro político estadual a esperança de melhoria na conjuntura educacional do estado renasce, porém até o final de 2007, não se observa nenhuma transformação substanciais para um outro quadro educacional, a ponto da escola carecer de debates internos críticos sobre a relação trabalho/educação, escola /sociedade, escola/juventude, trabalho intelectual/trabalho manual, além dos encontros do Colegiado Escolar não tratarem de assuntos do interesse

coletivo. Não existe Grêmio Estudantil para lutar e defender as reivindicações dos estudantes. Este é um dos motivos da ausência de uma auto-organização dos estudantes.

2.2. A Educação Física na ETENS

Nesse sentido, a função social da educação física no interior da ETENS se configura como algo essencial, no intuito de promover uma intervenção tomando por base o conteúdo esporte, de processos organizacionais que promovam sentidos e significados inerentes às organizações da classe estudantil.

Evidentemente que o papel da educação física não é organizar os estudantes, ou fazer às vezes de um Grêmio Estudantil, mas, sim, de politizar o que é visto apenas como pedagógico, como se o pedagógico também não fosse político. Considerando que os jovens que estudam na ETENS são, em sua grande maioria, sujeitos que estão inseridos no nível médio de ensino, esses devem se relacionar com o conteúdo esporte na relação do aprofundamento do conhecimento já sistematizado em ciclos anteriores. Dependendo da forma como esse conteúdo for trabalhado, da relação que se fizer entre o específico e o geral, acreditamos que o processo de sensibilização pela necessidade de organização de um Grêmio Estudantil aparecerá como algo “natural”.

A nossa vivência na ETENS nos permite inferir que a prática pedagógica do ensino de conteúdos da cultura corporal, entre eles o esporte, vem se dando de forma a privilegiar as características técnicas e táticas, apenas os elementos singulares de determinadas modalidades esportivas, sem relação com o particular e com o geral, evidenciando uma prática reducionista e longe do que vem sendo discutido nas referências consultadas, como as que estão presentes no Coletivo de Autores (1992) e em Oliveira (2001).

A escola atual não exerce a função social que lhe é inerente, pelo menos na perspectiva emancipatória. A escola não cumpre a função de formação da omnilateralidade, não proporciona aos estudantes uma reflexão sobre relações que determinam as diferenças de classe, não os ajuda a entender, “(...) compreender a realidade atual do ponto de vista dinâmico e não estático” (PISTRAK, 2000, p.134). Ainda segundo Pistrak (2000), uma das causas que entravam as inovações, e que talvez seja a causa essencial, é a situação material do professor (2000).

Não obstante, essa atitude não é hegemônica. Existem experiências alternativas de organização do trabalho pedagógico que buscam levar em consideração as questões

políticas na materialização do trato com o conhecimento esporte na escola Newton Sucupira, que buscam atender o que nos diz a literatura que tem uma perspectiva crítica de organização dos conteúdos da cultura corporal.

O Projeto Pedagógico da Educação Física na ETENS tem buscado proporcionar aos docentes uma visão da realidade atual, de maneira que possam analisar criticamente as formas que esta é mostrada e evidenciada para a sociedade. A auto-organização dos estudantes numa perspectiva para além do capital deve quebrar o que é estabelecido na escola burguesa, mesmo sabendo que há uma negação da classe dominante no que diz respeito à formação do coletivo na sua escola, pois é evidente que há uma direção a ser tomada por seus ensinamentos, em favor da sua classe.

Podemos citar alguns exemplos da atitude burguesa em favor da sua concepção de mundo, tais como: a) as leis são impostas sem uma previa discussão com o coletivo; b) não há avaliação ou interferência do coletivo estudantil das ações a serem executadas, entre outros, elementos que estão presentes no trabalho pedagógico tradicional do ensino do esporte na escola.

Para se avançar no aspecto inovador é necessário que os estudantes percebam que o trabalho coletivo e a auto-organização é um movimento de aprendizado para a construção de uma sociedade que privilegie a classe operária, por isso, concordamos com (Pistrak, 2000), a aptidão para trabalhar coletivamente significa também que se sabe dirigir quando é necessário e obedecer quando é preciso. Logo, entendemos e defendemos a importância do desenvolvimento do ensino numa perspectiva superadora e do ponto de vista teleológico, fundamental para o entendimento do convívio coletivo, emancipado.

3. O ensino do esporte em uma perspectiva emancipatória

O esporte faz parte da vida de bilhões de pessoas e esse fenômeno tem evoluído com a evolução do mundo. Ao longo do tempo foi tendo transformações a ponto de ser somente utilizado nos exércitos para as guerras, aprimorar e desenvolver a força física dos soldados além de crescerem as chances de vitórias, servia também para demonstrar a superioridade de um povo.

Na Grécia Antiga o esporte começa a ter um lugar diferenciado perante a sociedade, deixando a linha militar e passando para a linha social sendo a prática esportiva a única atividade que mesmo causando suor, trás satisfação ao cidadão. O trabalho por sua vez fica restrito aos escravos. Podemos evidenciar uma observação de Sócrates¹³ de muita importância para a sociedade daquela época:

Nenhum cidadão tem o direito de ser um amador na matéria de adestramento físico, sendo parte de seu ofício, como cidadão, manter-se em boas condições, pronto para servir ao Estado sempre que preciso. Além disso, que desgraça é para o homem envelhecer sem nunca ter visto a beleza e sem ter conhecido a força de que seu corpo é capaz de produzir.

A partir do século IV, passando por toda a Idade Média, o esporte vive um período de estagnação, principalmente no Ocidente. O cristianismo prega a purificação da alma; o corpo, colocado em segundo plano, serve mais às penitências do que ao desenvolvimento de aptidões esportivas. Nessa época o xadrez se evidenciou por ter uma representação real das estratégias e formação de grupos para o combate, visto que o seu objetivo é o domínio do adversário. Até esse período podemos dizer que o que era chamado de esporte, na verdade eram manifestações culturais com fins específicos de cada país, época ou região.

O homem renascentista retoma a crença no pensamento especulativo. Neste ambiente de renovação, o pensamento acerca da vida social surge e ao mesmo tempo uma nova classe social, a burguesia comercial. Neste período vão se desenvolvendo novos valores sociais mais adequados ao espírito capitalista, um sistema voltado para a produção e a troca. Instala-se uma sociedade baseada na distinção pela posse de riqueza e não pela origem. A partir do século XVI e XVII com o Humanismo, as manifestações culturais foram redescobertas dando uma importância à atividade física. Já no século

¹³ Sócrates (469-399 a.C. aproximadamente), filho de um escultor ou pedreiro e de uma parteira, nasceu no século em que Atenas atingiu o apogeu na filosofia, em que fundou suas próprias instituições filosóficas em que matemática e a astronomia desenvolveram-se enormemente. (Andery, 2004 – pg.62).

XVIII, na Europa, berço do capitalismo, foi criado baseando-se no esporte moderno, mais precisamente na Inglaterra, quando a Educação Física – na forma de ginástica – é sistematizada. Mesmo assim, a classe trabalhadora européia fundou a Associação Internacional Socialista para o Esporte e a Cultura Corporal (Dierker apud Bracht, 2005, p. 107).

No Brasil, alguns autores acham que hoje a política não interfere no esporte. É o caso de Tubino, (1999, p. 32). Segundo ele:

(...) quando a política tomou conta do esporte, até então essencialmente olímpico, o profissionalismo passou a ser de forma velada, e o esporte transformou-se no estandarte da disputa ideológica entre capitalismo e socialismo. Hoje, superada essa fase política, com o surgimento do aspecto comercial do esporte, o maior problema passou a ser a predominância do mercantilismo sobre a antiga ética esportiva construída no tempo do esporte essencialmente olímpico.

Tratar o esporte como instrumento de promoção do bem estar social sempre esteve nas ações dos planos de governo, o que não significa priorizar o esporte educacional, e sim esporte para o público no lugar do esporte do público. Muitos estudos constataam que o Estado se beneficiou do esporte para a manutenção da ordem pública e o prestígio do Estado, além da promoção da saúde, que “É a partir desse último enfoque que a prática esportiva vai ser considerada um direito do cidadão e dever do Estado e começa a aparecer nas constituições ou cartas magnas”. (BRACHT, 2005, p.84).

A relação esporte/Estado tem dialogado de maneira íntima e calorosa, pois no sentido de fortalecimento do esporte e promoção do Estado, há uma troca de benefícios, um dando recursos financeiros e o outro simbolicamente prestígio internacional através dos atletas, caracterizando uma parceria, Bracht (2005), afirma que o sistema esportivo é um parceiro dos governos federais, que oferece como retorno, basicamente, um produto simbólico que é prestígio/reconhecimento internacional com repercussões internas de caráter legitimador e, secundariamente, um retorno econômico. (p. 86-87). Ainda observamos que o Estado apesar de não oferecer uma política nacional de educação e de esporte escolar utiliza-se da força popular que o esporte tem, para que de forma delicada aos olhos do público promova políticas ilusionistas de esporte e lazer que proporcionam saúde e qualidade de vida, mas se estivermos atentos verificamos que, um Estado que privilegia o esporte de rendimento ou espetáculo não está

evidenciando os carentes, nem tão pouco promovendo a saúde e a qualidade de vida. Está sim solidificando as emoções do espectador beneficiando a lógica do capital, privilegiando a burguesia e reproduzindo a força de trabalho com aqueles que não conseguem alcançar os estágios de rendimento pré-determinados pelos poderes, ou seja, a maioria da população.

Na década de oitenta cresce o interesse de estudiosos pelo Brasil inteiro com a problemática da Educação de forma que fossem desenvolvidos argumentos mais consistentes e transformadores no âmbito da prática da Educação Física. Com estes debates, a consciência sócio-política e o movimento em pró das eleições diretas começam a evidenciar o exercício da cidadania. Neste sentido há uma mudança da nomenclatura em busca de uma sociedade mais crítica e emancipada em direção de caminhos democráticos para o socialismo, através da educação. “De lá para cá falar em educação cidadã, tornou-se mais ou menos lugar comum, dando por suposto que cidadania seria sinônimo de liberdade” (TONET, 2005, p. 17).

O homem, ao contrario dos outros animais, não nasce “sabendo” o que deve fazer para dar continuidade a sua existência à sua espécie. (Tonet, 2005, p. 213). O ser humano também não nasce praticando esporte. Este foi um processo histórico longo onde surgiram formas de organização da vida, dentro das quais encontramos as referências de jogos e brincadeiras com sentidos e significados relacionados ao trabalho e ao lúdico. Portanto, das brincadeiras e jogos até a atual forma do esporte com seu caráter hegemônico (competitivo, espetacularizado) temos um percurso histórico.

Destacamos deste percurso histórico o reconhecimento de que o esporte depende de condições objetivas, é determinado historicamente e produzido nas relações sociais da existência humana e, enquanto bem cultural, deve ser garantido de uma geração a outra.

Por mais que se defenda que o esporte é um direito constitucional do cidadão, ele efetivamente não é garantido, dentro de uma perspectiva crítica, nas escolas. Entendemos que, no Brasil, embora formalmente, todos sejamos cidadãos, há níveis e situações concretas diferenciadas de cidadania de acordo com as classes sociais. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2006, p.65).

O papel da escola na sociedade é um questionamento que não quer se findar, pois estudos de várias partes do Brasil e do mundo vêm afirmando que depende de vários fatores sociais para que a escola cumpra o seu verdadeiro papel que é o de prover o ensino de qualidade para todos os estudantes, indistintamente. (FREITAS, 2003, p.

14). Precisamos estar atento, e observar que o modelo de escola que se diz proporcionar esse ensino, é excludente, logo, o ensino de qualidade para todos é mais um dos slogans como forma de iludir o povo, um engodo no intuito de enganá-lo, beneficiando apenas ao sistema que o financia e se beneficia. O capitalista.

A escola tem uma função social dentro da política estabelecida pelo Estado, e esta se direciona no intuito de amenizar a luta de classe, favorecendo a classe burguesa que detém os meios de produção que historicamente foram sendo direcionados em favor dela. O Estado é a expressão política do mercado, da mesma maneira que os interesses dele costumam ser exatamente os do capital. (Iasi, 2007, p. 55). Com o passar dos acontecimentos históricos no Brasil e o amadurecimento da consciência operária, a escola veio sendo questionada do ponto de vista da condução dos conteúdos, métodos e avaliação, pois, os resultados obtidos pelo sistema educacional reduzem as possibilidades de crescimento intelectual da classe trabalhadora.

Se considerarmos as condições atuais das escolas públicas perante as escolas privadas, evidencia-se a distorção entre as classes e a negação de determinados direitos a uma e a total aceitabilidade a outra. E se analisarmos as condições relacionadas ao espaço físico esportivo, que os filhos da classe operária utilizam e praticam os esportes, o descaso torna-se mais evidente, além de apenas estarem disponíveis os esportes populares como o futebol e voleibol com uma orientação competitiva, diminuindo a possibilidade de conhecimento e aprimoramento da cultura corporal através do esporte. As áreas de esporte e lazer para a população, são insuficientes e degradadas por falta de manutenção.

Nessa mesma perspectiva podemos afirmar junto com Tonet, que “o ser social é uma unidade integrada por dois momentos: o da individualidade e o da genericidade”. (2005, p. 215), aonde esta última vem se degenerando dentro dos conceitos estabelecidos pelo sistema educacional capitalista.

Verificamos em nossas leituras que o discurso da “cidadania”, muitas vezes tem sido tratado separadamente das condições de classe, apresentam o esporte como algo bom por si só e pairando sobre as condições objetivas que o capitalismo impõe pela sua lógica de relações.

A palavra cidadania vem do latim “*civitas*”, que quer dizer cidade. A palavra *cidadania* foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Podemos enfatizar uma definição coerente do que é ser cidadão, que é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à

igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, no entanto o modo do capital organizar a produção de vida não garante direitos entre os quais destacamos o esporte. (PINSKY, 2005).

A cidadania dentro do processo histórico burguês vem desenvolvendo um papel de submissão da classe operária promovendo uma investida feroz a favor dos interesses da classe burguesa, “tornando as forças sociais estranhas e hostis ao homem caracterizando a alienação”, (TONET, 2005, p. 223), sem atentar para o perigo que sustenta a cidadania tutelada ao capitalismo.

O processo histórico de construção da sociedade burguesa coloca o indivíduo de maneira submissa ao Estado, que por sua vez, deve ofertar o direito a ter direito. Para os liberais, o que importa é a condição de estabelecer um elo jurídico entre o homem e o Estado. “Não importa muito se os homens nascem iguais ou diferentes; também não são importantes os diferentes argumentos para fundamentar a vida em sociedade”. (TONET, 2005, pg. 84). O que interessa é a condição de explorar a força de trabalho alicerçado pelo Estado juridicamente.

Há diferentes padronizações de indivíduos socialmente constituídos, aqueles que são oriundos dos capitalistas, os que são oriundos dos proletariados e os que são oriundos da miséria (que nascem e vivem à margem da sociedade, debaixo das pontes, nas calçadas expostos ao tempo), denominados de marginais, indigentes, etc. por não possuírem a identificação do Estado e conseqüentemente serem afiançados, não têm direitos, mas os deveres lhes são impostos incrementando as estatísticas das desigualdades sociais e a espera de tornarem-se cidadãos e cidadãs através de uma seqüência numérica.

Os liberais continuam reforçando que “Ser cidadão é, pois, ser membro de uma comunidade jurídica e politicamente organizada, que tem como fiador o Estado, no interior da qual o indivíduo passa a ter determinados direitos e deveres”. (TONET, 2005, p. 84), ou seja, deve ser submisso e fiel aos mandamentos da classe burguesa, tem que ser egoísta para ser feliz dentro dos padrões capitalistas.

O contra ponto a nosso ver vem da emancipação, que podemos conceituar conforme Ciavata (2007),

O termo latino *emancipare* tem o mesmo sentido etimológico em português – assim como em espanhol e italiano. Não há ambigüidade em seu sentido escrito: emancipar é tornar livre, libertar ou libertar-se, tornar ou tornar-se independente, dar liberdade ou libertar-se do jugo, da escravidão, da tutela de outro ou do pátrio poder. (p.27).

Iasi (2007), pautado em Marx, afirma que a emancipação humana é o referencial para quebrar a lógica da cidadania burguesa, ou seja, “(...)é necessária a superação de três mediações essenciais: da mercadoria, do capital e do Estado” (p. 56). Reforçado por Tonet, (2005), “(...) cidadania não é sinônimo de liberdade efetiva e plena”. (p. 225).

O conceito marxiano de cidadania com Ciavata (2007, p. 28), quando remete o pensamento marxiano para o conceito de cidadania e emancipação humana:

(...)tem uma complexidade maior e está ligado ao coletivo ao qual o homem pertence. O homem individual deve reconhecer-se como ser genérico, como gênero humano: “Somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘próprias forças’ como forças *sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana”.

Com esse espírito consideramos que o esporte não é um fim e sim um meio para a construção de uma emancipação humana e a educação por sua vez tem no conhecimento a válvula propulsora para concretização de ser um meio de alcançar a emancipação, cabendo ao trabalhador da educação estabelecer uma ordem investigativa crítica juntamente com os estudantes no propósito de elucidarem muitas das incógnitas que o sistema impõe contribuindo com o crescimento sócio político da comunidade escolar e, por extensão, da sociedade civil.

O esporte nos traz uma série de episódios que fortalece o pensamento dos liberais a exemplo dos Jogos Pan Americanos realizados no Brasil, a respeito da medalha de ouro conquistada pelo atleta brasileiro, na modalidade Taekwondo onde a ênfase foi dada apenas pela primeira medalha de ouro conquistada pelo País. Sobre o ponto de vista das condições de vida do atleta os capitalistas trataram de dar a sua “contribuição solidária” – aproveitando para divulgar os seus produtos de ganho e obtenção de lucro – proporcionando uma falsa idéia de melhoria da condição social da Família do Diogo Silva.

Este é apenas um dos vários exemplos que o esporte traz para que possamos refletir e ajudar a escola a fortalecer o seu objetivo principal que é o de ensinar ao estudante os aspectos singulares, particulares e gerais do conteúdo esporte.

Como enfatizamos reiteradas vezes, o ponto de partida da prática pedagógica implica, sobretudo, a responsabilidade na formação ampliada do gênero humano e não no deixar fazer espontaneísta característico das posturas educacionais tradicionais. No transcorrer do trabalho, procuramos colocar alguns possíveis elementos que podiam ser trabalhados pelos professores de educação física na escola no intuito de ampliar as possibilidades de organização do trabalho pedagógico do professor nas escolas públicas estaduais, fundamentalmente na escola Newton Sucupira, onde trabalhamos como coordenador pedagógico.

Iremos agora, apresentar uma proposta, não conclusiva e que tem apenas o caráter de auxiliar posturas pedagógicas emancipatórias, trabalhos didáticos que não se resumam às características individuais dos nossos alunos, componentes tão caros aos aspectos característicos da cidadania burguesa.

Se queremos sujeitos emancipados, precisamos trabalhar os nossos conteúdos de forma a reproduzir no espaço escolar, características ativas desse sujeito, mesmo reconhecendo os limites impostos pela escola burguesa.

Para tanto, vamos recorrer a um recurso pouco usado pelos professores de educação física no ensino do esporte, o recurso a cinematografia. Na nossa reflexão, estamos fazendo a opção de trabalhar com o filme *Rollerball*¹⁴ para demonstrar nossa proposta que entendemos como potencializadora de alunos e alunas emancipado(a)s.

Como já observamos, sabemos que essa prática de valorização de filmes na organização das aulas ainda é muito tênue no interior da escola. “O cinema também não é visto pelos meios educacionais como fonte de conhecimento”, no máximo o professor “(...) faz uso de filmes apenas como recurso didático de segunda ordem, ou seja, para ‘ilustrar’, de forma lúdica e atraente, o saber que acreditamos estar contido em fontes mais confiáveis” (Duarte, 2002, p. 87), como livros, revistas científicas, cadernos didáticos, por exemplo.

No nosso caso, o filme aparece como conteúdo de aula não como forma ilustrativa lúdica – embora saibamos ser esse componente inerente ao artefato utilizado – mas pela sua força estética, pelo seu apelo afetivo e pela sua capacidade de representar formas simbólicas que serão captados pela assistência a partir das suas próprias experiências culturais sobre a história que está sendo contada, pela narrativa

¹⁴ Filme de caráter futurista com duração aproximada de 125 minutos, dirigido por Norman Jewison com roteiro de William Harrison.

desenvolvida no filme que está sendo apresentado, gerando diferentes opiniões sobre os fatos abordados e oportunizando um rico debate.

Se no âmbito educacional de uma forma geral a utilização de filmes como recurso pedagógico aparece como algo incomum ou submerso em preconceitos, na educação física especificamente, soa como algo estranho e só compreensível se for para ilustrar, como nos lembra Duarte (2002), de forma lúdica e atraente, questões voltadas ao desenvolvimento de um esporte, apresentação de elementos que devem ser observados quando do desenvolvimento apurado da técnica de uma modalidade esportiva, etc.

Esse tipo de filme educativo deve ser explorado pelo professor, mas não deve ser a tônica, principalmente quando a proposta visa o processo de desenvolvimento de recursos cognitivos que proporcionem uma relação mais próxima com a prática de sujeitos emancipados.

Em se tratando do ensino médio essa observação deve ser levada em consideração, pois especificamente nesse ciclo de escolarização cabe à educação física aprofundar os elementos que ao longo da vida escolar do estudante vinham sendo sistematizados pelo professor nos ciclos anteriores.

3.1. Um pouco sobre o filme e pressupostos pedagógicos de uso do mesmo

Rollerball cujo subtítulo já traduz um pouco o filme: os Gladiadores do Futuro, é um filme futurista que se passa no ano de 2018. Configura-se como um misto de futebol americano, motorcross e hockey. É jogado em uma espécie de ambiente que lembra uma arena do tempo dos circos de Roma.

É um filme surrealista, com seqüências de violência no âmbito do jogo que lembra uma verdadeira guerra. A idéia de *Fair-Play*¹⁵ já não existe e as regras são modificadas ao sabor dos chamados executivos, membros da Corporação da Energia, entidade empresarial que rege os destinos dos povos, já que a idéia de Nação foi aos poucos sendo diluída através das guerras corporativas, até sobrar uma empresa como definidora das questões políticas, econômicas e culturais, regente completa da vontade e da idéia de liberdade, resumida a conforto individual.

¹⁵ Significa jogo limpo ou espírito esportivo. Examinando os valores do Olimpismo, Lenk (1976) dividiu o fair-play em duas categorias: formal e informal. Ver definições em Dicionário crítico de Educação Física.

Definidora do destino dos povos “para o bem comum” em nível global a única coisa que a corporação pede é que não ocorra nenhum tipo de interferência nas decisões tomadas por sua diretoria. Uma verdadeira autocracia.

Esses autocratas começam a ficar muito incomodados com a popularidade que assume o “Kaká” do Rollerball, o jogador de nome Jonathan E. (representado pelo ator James Caan), pois o jogo quando foi pensado, tinha um caráter ideológico claro: demonstrar para as massas que as decisões devem ser tomadas de forma corporativa, diga-se, pela corporação.

Os executivos então pensam em solucionar o problema exigindo a aposentadoria do astro. Para tanto, um documentário especial sobre ele seria veiculado pela *MULTIVISÃO* (único canal de televisão existente e dominado pela corporação) onde ele aproveitaria e anunciaria a sua aposentadoria.

A partir daí, a trama se desenvolve tendo como mote a resistência de Jonathan E. de abandonar o Rollerball, portanto de não atender a uma decisão dos executivos da corporação que via na popularidade do atleta um risco para os seus objetivos.

Não é nosso interesse relatar todo o filme. Apresentamos, portanto, alguns elementos que apesar de serem gerais, nele dão uma idéia que também se preocupa em demonstrar nuances psicológicas de alguns atores que contracenam com o Jonathan E (como angústia, neuroses, síndrome obsessiva entre outros) com o intuito de subliminar como o sistema adotado de cerceamento da liberdade, por exemplo, desenvolve certas condutas patológicas entre as pessoas.

O interesse fundamental nosso é apontar a riqueza que determinadas películas apresentam e que possibilitam potencializar o trato com um dos conhecimentos de que trata a educação física: o esporte. Na cinematografia em questão, muitos elementos aparecem e potencializam a tematização do conhecimento esporte para além dos seus aspectos técnicos e táticos tão característicos de certas abordagens pedagógicas da educação física. Com esta compreensão, deve o professor aproveitar os elementos explicitados no filme buscando o diálogo, o debate, a reflexão intencional em direção ao entendimento profundo do fenômeno esportivo, tendo este como mediador do objetivo mais amplo, a consciência de atitudes emancipatórias.

Alguns elementos presentes no filme e que são potenciais pontos que podem ser mediados na organização do nosso trabalho pedagógico, estão indicados logo abaixo. Vejamos:

- i) interesses empresariais no esporte;
- ii) quantidade de câmaras na transmissão do jogo;
- iii) um único canal de televisão (MULTIVISÃO) transmissor das partidas;
- iv) o papel da violência presente nos jogos;
- v) o papel passivo do jogador frente às mudanças;
- vi) postura de preconceito de um time em relação ao outro;
- vii) o influência da assistência frente aos jogos;
- viii) o fim dos estados nações

Além dos elementos supra-citados, outras questões podem ser levantadas, tais como: o jogo é apenas o que acontece na “arena”? Qual a participação dos jogadores na modificação das regras do jogo? Embora o filme retrate uma realidade ficcional do ano de 2018, há algumas similitudes com o esporte contemporâneo? Que outros elementos podemos tirar do filme que se relacionam com o nosso cotidiano?

Essas e outras questões podem ser levantadas e devem ser mediadas no trabalho do professor. No jogo final, onde mais uma vez as regras foram modificadas, surge de forma hiperbólica o fenômeno esportivo moderno transfigurado em uma representação da barbárie social. Há algum tempo atrás, uma revolucionária de nome Rosa Luxemburgo questionava: socialismo ou barbárie? Uma outra questão para os nossos alunos. Na visão futurista do diretor Norman Jewison, a barbárie só triunfará se deixarmos ser subsumido pela lógica do “jogo corporativo”, pelo jogo do mercado, pela sanha dos empresários, dos executivos enfim, pela lógica do capital. A conduta cidadã, reduzida aos benefícios individuais, só contribuirá com a expansão do capital.

Uma prática crítico-superadora do ensino do esporte deve se contrapor a esta lógica, desenvolvendo uma prática pedagógica potencializadora das capacidades críticas e das reflexivas dos alunos, pois o que está em jogo hoje é a própria existência da humanidade.

Considerações finais

O trato do esporte da escola como um elemento de produção de atletas é uma das grandes discussões que vem sendo travada no meio acadêmico, no entanto essa discussão ainda requer uma problematização com maiores proporções no intuito de promover debates mais abrangentes no que diz respeito à formação de atletas por entendermos que escola não é clube, logo, defendemos a formação de indivíduos emancipados no lugar de cidadãos submissos à sociedade atual. Portanto, negligenciar a valorização do senso crítico, das ações lúdicas, do tempo de aprendizado de cada estudante sendo considerando apenas os argumentos motores afirmando que os outros são aqueles que ainda não desenvolveram habilidades satisfatórias para a prática de determinado esporte, provocando na maioria das vezes um desestímulo e conseqüentemente desinteresse pelo esporte, a exclusão. É a nosso entender um equívoco de proporções incalculáveis para a formação do ser social.

Sabemos que o esporte incorpora valores importantes na vida do ser humano como responsabilidade, compromisso, espírito coletivo, respeito, entre outros, continuamos afirmando que não podemos esquecer que é apenas um conteúdo de enriquecimento do aprendizado, mesmo quando ele é reduzido a movimentos técnicos repetitivos, está claro que as modificações sofridas pelo jogo foram se transformando ao longo do tempo em esporte caracterizado pelo rendimento, que atende aos interesses da classe dominante explorando o ser humano, reforçando nossa constatação a respeito da esportivização dos elementos da cultura corporal e sobre a importância e o dever do professor em provocar reflexões nos estudantes.

O papel da Educação Física deve ser entendido como um dos condutores escolares para a elevação do nível de conhecimento da comunidade estudantil, não somente no que diz respeito às práticas esportivas, mas também a todo um processo de entendimento de formação do homem com a natureza considerando nexos e relações, tendo como ponto de partida a ludicidade, as manifestações culturais regionais, a cultura corporal, o esporte, sem desconsiderar a importância de outros argumentos teóricos metodológicos que a educação evidencia dentro da escola atual, sem esquecer que é necessário ter um olhar crítico e atento para desvendar possíveis elementos que surgem durante o percurso e que buscam impedir um trabalho de cunho emancipatório.

A emancipação humana tem seu processo histórico constituído pelas gerações precedentes e superado passo a passo pelas gerações futuras. O caminho percorrido

historicamente para a consolidação da emancipação humana tem encontrado resistências impostas pelas lutas de classe travada entre a classe trabalhadora e a classe burguesa. O domínio da segunda sobre a primeira provoca uma constante oscilação nos movimentos de superação do capital, visto que por ser consolidado, impõe seus interesses através das leis juridicamente determinadas com o apoio do Estado, que por sua vez é formado por membros da sociedade burguesa.

Fazer parte da sociedade de maneira atuante e crítica é um dos pontos relevantes para a emancipação humana. Sabemos que para concretizar uma verdadeira emancipação humana nos moldes definidos por Marx, que nós acreditamos que seja viável, é necessária uma intervenção no sentido de mudança das classes e no Estado para que possamos extinguir o Estado burocrático.

A emancipação humana será obra dos próprios homens e mulheres, homens e mulheres estes que estão nas escolas em grande número e que precisam de uma relação com os conteúdos que lá são trabalhados e que os aproximem de práticas emancipatórias.

Buscamos no nosso trabalho desenvolver argumentos que possibilitasse essa compreensão. Propomos uma ação didática que tem como critério último, como teleologia, o desenvolvimento de ação pedagógica que aprofunde o conhecimento já sistematizado em ciclos anteriores. Mas achamos que isso ainda é pouco. É necessário anunciar para onde queremos ir com esse ensino crítico que busca a emancipação.

No nosso caso, entendemos que só é possível a emancipação plena em um outro projeto histórico de sociedade, uma sociedade socialista. Esperamos estar contribuindo com a construção desta sociedade que, entendemos, já está em curso.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. Escola moderna e organização do trabalho didático até o início do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, II., 2002, Natal, RN. História e memória da educação brasileira. **Anais...** Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib, et alii. Para compreender a ciência: Uma perspectiva histórica – Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004.

BAHIA, Secretaria da Educação – Educação profissional: legislação básica / Secretaria da Educação. – Salvador: A Secretaria, 2006.

BRACHT, Valter – Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Ed. Unijuí, 2005. (Coleção educação física).

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CARTA DO CONFEF – Revista Brasileira de Ciência do Esporte, v23, n. 1, p. 73-77, setembro, 2001.

CIAVATTA, Maria. Do espaço da fábrica para o espaço da escola (I): Introdução a uma história fotográfica. In: CIAVATTA, Maria (coord.) – Memória e temporalidades do trabalho e da educação – Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2007. p. 19-40

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

DUARTE, Newton. A Escola de VIGOTSKI e a Educação Escolar (algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia Histórico-Cultural) - Araraquara, janeiro de 1995, <http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/3745/odonto/VIGOTSKY.htm> - Acesso em: 17.02.2008.

DUARTE, Rosália. Cinema e educação, Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

FERREIRA, Nilda Teves – Cidadania: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREITAS, Luis Carlos de. Ciclos, seriação e avaliação: Confronto de lógicas – São Paulo: Moderna: 2003.

FRIGOTTO e CIAVATA (Org). A formação do Cidadão Produtivo – A Cultura de Mercado no Ensino Médio Técnico. Brasília, Inep, 2006.

_____, Ensino Médio Integrado: concepções e contradições – São Paulo: Cortez, 2005

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar um projeto de pesquisa , Atlas, 1996.

GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica, São Paulo - Alínea. 2001.

GONZALEZ, Fernando Jaime (Org.), FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo: Dicionário crítico de Educação Física – Ijuí – Ed. Unijuí, 2005 – 424 p. (Coleção Educação Física)

GHIRALDELLI JUNIOR, Educação Física progressista – autores associados. 1997.

IASI, Mauro Luis: Ensaio sobre consciência e emancipação – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JÚNIOR, Marcílio Souza – Revista Brasileira de Ciência do Esporte, Campinas, v. 28, n.2, p.85-101, janeiro, 2007.

KLEIN, Lígia Regina. O manual didático: contexto histórico de emergência e implicações na organização da escola moderna. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. Educação no Brasil: história e historiografia. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo : Cortez, 1988.

MARX, Karl. A Origem do Capital. 2 ed.- São Paulo: Centauro, 2004.

_____. A questão judaica. São Paulo: Moraes, 1991. 2ª Ed.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital, São Paulo: Boitempo, 2005.

NOZAKI, Hajime. & PENNA, Adriana. O novo papel do esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora. Revista Outubro – São Paulo, v. 16, p. 201-218, 2007.

OLIVEIRA, Sávio Assis de. Reinventado o esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

PLEKHANOV, Guiorgui V. – O papel do indivíduo na história, expressão popular – São Paulo, 2006.

PINSKY, Jaime e Carla B. (Orgs.) História da Cidadania - São Paulo, Ed. Contexto, 2003. Disponível em (http://www.espacoacademico.com.br/023/23res_pinsky.htm). Acesso em 26.10.2006.

PISTRAK, M.M. – Fundamentos da Escola do Trabalho.1ª edição. São Paulo - Expressão Popular. 2000.

SAVIANI, Demerval – Escola e Democracia – 38ª, ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; vol. 5).

SOARES, Carmem Lucia. Educação Física raízes européias e Brasil, São Paulo, Autores associados, 1994.

TONET, Ivo - Educação, Cidadania e emancipação humana. Ed. Unijuí, 2005.

TUBINO, Manuel José Gomes. O que é esporte – São Paulo : Brasiliense, 1999.

_____, Dimensões sociais de esporte – ed. Revista – São Paulo, Cortez, 2001.

Site da URBIS – Disponível em (<http://www.urbis.ba.gov.br/>). Acesso em 16.02.2008, às 12:00 h.

Workpedia – www.workpedia.com.br/mosteiro Acesso em 20/02/2008 às 9:50 h.

BRAGA DUARTE, Ruy José. *ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO CONTEÚDO ESPORTE E A ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL NEWTON SUCUPIRA*. 2008. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Autorizo a reprodução [parcial ou total] deste trabalho para fins de comutação bibliográfica.

Salvador, 08 de abril de 2008.

Ruy José Braga Duarte